

DECLARAÇÃO DO XV ENCONTRO CÍVICO IBERO-AMERICANO

INTRODUÇÃO E CONTEXTO

A presente Declaração foi elaborada e adotada por 24 plataformas e redes, representando mais de 2600 organizações na região Ibero-americana, que participaram do Encontro Cívico Ibero-americano (ECI), por meio de diferentes espaços de articulação, durante o XV ECI realizado nos dias 25 e 26 de setembro de 2024 em Quito (Equador).

Pela primeira vez desde 2018, este espaço foi organizado no país anfitrião da Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo. Valorizamos positivamente este gesto e o interpretamos como uma demonstração de abertura por parte do Governo do Equador para ouvir as reivindicações e propostas da sociedade civil, algo que esperamos se concretize na abertura da Cúpula Oficial, nos dias 14 e 15 de novembro, com a participação de uma representação do Encontro Cívico que possa apresentar as mensagens principais desta declaração.

Desde a Declaração de Mérida até hoje, lamentamos que o contexto na região ibero-americana, em vez de melhorar, tenha piorado e continue marcado pela pobreza e desigualdades, o fechamento do espaço cívico e os impactos adversos da crise climática e da crise de emergência socioambiental.

A Cúpula do Futuro, realizada em Nova Iorque durante a 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em um contexto global de aumento de conflitos e escalada belicista, reconhece que vivemos "em um momento de profunda transformação global", alerta sobre "riscos catastróficos e existenciais crescentes" que podem levar as pessoas em todo o mundo "a um futuro de crises e colapso persistentes" e assume as seguintes conclusões, que subscrevemos:

- **Renovação do multilateralismo.** Reafirma-se o compromisso com a cooperação internacional e se sublinha a importância de reformar as instituições multilaterais, como as Nações Unidas, para enfrentar os desafios globais.
- **Desenvolvimento sustentável.** Enfatiza-se a urgência de implementar a Agenda 2030, destacando a necessidade de erradicar a pobreza, promover a igualdade de gênero e acelerar a ação climática.
- **Mudança climática.** Reconhecem-se os riscos da mudança climática, especialmente para os países em desenvolvimento, e compromete-se a reforçar os esforços para limitar o aumento da temperatura global.
- **Paz e segurança.** Destaca-se a importância do direito internacional, da diplomacia e da resolução pacífica de conflitos, sublinhando a necessidade de prevenir guerras e proteger civis em conflitos armados.
- **Igualdade e direitos humanos.** Reafirma-se o compromisso com a defesa dos direitos humanos universais, a luta contra todas as formas de discriminação e a promoção da igualdade de gênero.

- **Financiamento para o desenvolvimento.** Reconhece-se a necessidade de mobilizar recursos significativos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, particularmente para os países em desenvolvimento, e fortalecer a cooperação econômica internacional.
- **Participação.** Compromete-se a estreitar a cooperação com as partes interessadas, como a sociedade civil, o mundo acadêmico, a comunidade científica e tecnológica e o setor privado, além de fomentar alianças intergeracionais.

Apesar do aumento das desigualdades na região ibero-americana, a situação na América Latina e no Caribe é ainda mais grave. Segundo a CEPAL, a América Latina e o Caribe enfrentam uma armadilha dupla de baixo crescimento e altos níveis de pobreza e desigualdade. O crescimento econômico continua desacelerando; o investimento mostra sinais de estagnação e permanece em níveis pré-pandemia; os níveis de emprego e ocupação estão caindo; e a disparidade de gênero se mantém e se aprofunda em várias áreas. "Mais de 180 milhões de pessoas na região não têm renda suficiente para cobrir suas necessidades básicas e, entre elas, 70 milhões não têm renda para adquirir uma cesta básica de alimentos."

Essas graves desigualdades afetam de maneira desproporcional grupos historicamente marginalizados, especialmente povos indígenas, afrodescendentes, idosos, crianças, migrantes, pessoas em situação de pobreza e pessoas com deficiência. Reiteramos que o reconhecimento e respeito à diversidade são requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável, e qualquer tentativa de minar esses direitos é inaceitável.

É impossível reduzir as desigualdades na região enquanto a alta concentração de riqueza permanecer nas mãos de poucas pessoas e empresas. Tampouco avançaremos para um modelo de sociedade sustentável para a vida e o planeta se mantivermos as mesmas lógicas desenvolvimentistas, extrativistas e incompatíveis com os direitos humanos.

Também não poderemos deter as desigualdades sem enfrentar a mais profunda de todas, que afeta 50% da população: a desigualdade de gênero. A pandemia de COVID-19 revelou novamente a enorme lacuna de gênero que ainda existe e a dívida de nossas sociedades com os grupos vulneráveis. As desvantagens no acesso a recursos, a precarização do emprego, as desigualdades de renda, as diferenças salariais estruturais e a distribuição desigual das tarefas de cuidado se intensificaram nesse contexto, e ainda hoje não há sinais claros de recuperação. Isso apenas no aspecto socioeconômico, mas não podemos esquecer o impacto desigual da mudança climática sobre mulheres, jovens e meninas, as desigualdades no acesso e participação política, e, claro, as diversas manifestações de violência de gênero.

É de extrema importância o desenvolvimento de políticas públicas participativas que respondam efetivamente aos impactos adversos da crise climática e à gestão de riscos de desastres, considerando que os fenômenos decorrentes do aquecimento global estão cada vez mais intensos e imprevisíveis, afetando com maior intensidade as comunidades mais vulneráveis.

Expressamos nossa preocupação com a enorme lacuna tecnológica que continua deixando para trás vastos setores da população na Ibero-América. O acesso à tecnologia eficiente é um direito

que deve ser garantido a todas e todos, especialmente em um mundo cada vez mais digitalizado. É essencial que sejam implementadas estratégias para fechar essa lacuna, garantindo que toda a cidadania tenha acesso às ferramentas e conhecimentos necessários para participar plenamente da sociedade.

Compartilhamos nossa preocupação com o enfraquecimento das democracias em grande parte dos países da região ibero-americana. Isso se deve, por um lado, à persistência e intensificação da corrupção, à presença do narcotráfico e de grupos criminosos que dependem dele e interferem na institucionalidade democrática. Por outro lado, preocupam-nos a emergência e o crescimento de movimentos que não reconhecem ou respeitam os direitos humanos, governos autoritários e outros movimentos que limitam ou restringem os direitos adquiridos, especialmente dos setores historicamente vulneráveis.

Não podemos esquecer, neste ponto, as pessoas defensoras dos direitos humanos, do meio ambiente e dos territórios, que sofrem fortes perseguições, são ameaçadas, criminalizadas, violentadas e, no pior dos casos, assassinadas. Lamentavelmente, essa é uma constante em toda a região, mas é especialmente grave na América Latina e no Caribe. Segundo o relatório da Global Witness, das 177 pessoas defensoras assassinadas no mundo em 2022, 88% eram da América Latina e Caribe.

Alertamos sobre o desenvolvimento de normas e marcos legais que afetam a própria existência e sustentabilidade das organizações da sociedade civil. Legislações que limitam seu acesso a fundos, que impõem regras de funcionamento e/ou acreditação difíceis ou impossíveis de alcançar, especialmente por entidades com menos recursos, e que limitam sua atuação e permanência. Em alguns países, a plena vigência das liberdades de associação, expressão e reunião pacífica está sendo afetada, assim como a integridade do espaço cívico diante das incursões de atores estatais e não estatais hostis.

Denunciamos o avanço crescente de discursos desinformadores e que fomentam a violência política e social, promovidos por movimentos contrários aos direitos que não respeitam as diversidades de gênero, etnia, migração, pobreza e deficiência. Esses movimentos representam uma ameaça às conquistas sociais e aos direitos humanos na região. Instamos os governos a fortalecerem as políticas de proteção de direitos e a trabalharem de maneira colaborativa com a sociedade civil para enfrentar esses desafios, pois **não haverá avanços possíveis rumo a sociedades democráticas, justas e sustentáveis se as decisões tomadas não contarem com consulta prévia, livre e informada com a sociedade civil, e se não forem garantidos espaços de participação transparentes e inclusivos para toda a cidadania.**

RECOMENDAÇÕES

Diante dessa preocupante situação na região Ibero-americana, instamos as Chefes e os Chefes de Estado e de Governo a considerarem e incorporarem este documento como parte de seus debates na Cúpula.



- Concretizar políticas públicas para **garantir e promover o pleno exercício dos direitos humanos, alocando os recursos financeiros** necessários.
- Garantir o respeito aos direitos humanos durante os processos de gestão migratória, com especial atenção às mulheres, crianças e pessoas com deficiência.
- Impulsionar e promover políticas públicas para o **acesso à saúde pública integral**, incluindo saúde mental e dependências.
- Aumentar o **investimento em sistemas públicos de educação** para promover uma **educação pública inclusiva, acessível a todas as pessoas e de qualidade**, que contribua para o desenvolvimento de uma cidadania crítica, com consciência democrática e comprometida com os direitos humanos, a igualdade, a construção da paz e a sustentabilidade.
- Promover políticas que favoreçam o **acesso à moradia digna**, com uma perspectiva de inclusão social, **e garantam a soberania alimentar**, facilitando o acesso a uma alimentação saudável e nutritiva, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Promover **políticas econômicas e sociais redistributivas com normas fiscais e tributárias progressivas, que incluam mecanismos de controle da evasão fiscal**.
- **Abordar e erradicar de forma imediata os elementos estruturais da cultura patriarcal que produzem e reproduzem as desigualdades de gênero**, combatendo as disparidades no acesso à educação, ao trabalho, aos salários, à participação política e às diversas expressões de violências baseadas em gênero.
- Reconhecer **a contribuição das mulheres na reprodução da vida e na produção de riqueza, revalorizando os sistemas integrais de cuidados**, entendidos como uma proposta para um novo modelo de sociedade que coloque a sustentabilidade da vida e do planeta no centro.
- **Assegurar que todas as políticas sejam transversalizadas pela justiça climática com equidade, a fim de transformar os modelos de produção e consumo** que agravam as desigualdades sociais, ambientais e econômicas.

- Garantir o direito à **participação plena de crianças, adolescentes e jovens em toda sua diversidade** nos espaços de decisão sobre os temas que afetam suas vidas. Defendê-los e **protegê-los de qualquer tipo de violência**. Garantir os recursos necessários para que todas as crianças, adolescentes e jovens vivam em condições de igualdade. Eles são o presente e o futuro de nossas sociedades.
- Desenvolver e implementar **políticas para a coleta de dados com metodologias inclusivas** para a **transparência e prestação de contas na gestão pública**, permitindo que a cidadania tenha **acesso a informações confiáveis e verídicas, com dados abertos, combatendo a corrupção e fomentando a confiança nas instituições democráticas**. A **governança digital** e soberana deve facilitar o acesso aberto e seguro de toda a cidadania às informações públicas.
- Reconhecer, proteger e garantir o **direito à livre associação em um ambiente seguro**, livre de represálias e criminalização para todas as pessoas e organizações defensoras de direitos.
- **Fortalecer o direito à participação cidadã inclusiva com critérios de acessibilidade e interculturalidade nos processos democráticos e seu financiamento adequado**, garantindo o exercício desse direito por todas as pessoas, especialmente os grupos excluídos, nas tomadas de decisões políticas e sociais.
- Garantir o cumprimento do **corpo normativo que reconhece e protege o direito à livre associação** e à participação das organizações sociais na vida pública. Oferecer um ambiente seguro, livre de represálias e criminalização para as pessoas e organizações que defendem os direitos humanos, seus territórios e o meio ambiente.
- Promover e apoiar **programas de fortalecimento e desenvolvimento institucional para as organizações da sociedade civil** que favoreçam a pesquisa, inovação e articulação entre plataformas e redes da região.

Os povos da região precisam viver em sociedades democráticas, igualitárias, inclusivas, pacíficas e cuidadoras. Para isso, os governos devem fortalecer e ampliar as políticas públicas de proteção de direitos, com a eliminação das desigualdades como eixo estruturante das decisões que tomarem, e trabalhar de forma colaborativa com a sociedade civil para enfrentar esses desafios.



AGRADECEMOS

Ao Governo e ao povo do Equador, à Secretaria-Geral Ibero-americana, à Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e à Fundação Esquel pelo compromisso e apoio na organização do XV Encontro Cívico Ibero-americano.